

## Resenhas

**MARQUES, A. H. de Oliveira (coord. de). *Nova História de Portugal*.**

Lênia Márcia Mongelli\*

- Vol. I:** *Portugal – Das origens à romanização*, coord. de Jorge de Alarcão, Lisboa, Editorial Presença, 1990, 558 p.
- Vol. II:** *Portugal – Das invasões germânicas à “Reconquista”*, coord. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1993, 449 p.
- Vol. III:** *Portugal em definição de fronteiras*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e de Armando Luis de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996, 858 p.
- Vol. IV:** *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, coord. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, 662 p.
- Vol. V:** *Portugal – Do Renascimento à crise dinástica*, coord. de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, 910 p.

O historiador português A. H. de Oliveira Marques é sobejamente conhecido do público universitário brasileiro, dentre outras publicações de peso (como, por exemplo, *A sociedade medieval portuguesa*, da Sá da Costa, ou o *Guia do Estudante de História Medieval*, da Cosmos), por sua *História de Portugal*, em três volumes, já com várias edições, a cargo da Palas Editores. Não bastasse esse intenso labor, eis que agora o Prof. Oliveira Marques se alia ao também eminente historiador Joel Serrão (cite-se apenas o monumental *Dicionário de História de Portugal*, por ele concebido e coordenado, em seis volumes), para juntos dirigirem a *Nova História de Portugal*, num total de treze volumes, dos quais cinco já estão publicados, fechando o ciclo da “era medieval”.

\* Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH-USP.

O conjunto está assim distribuído: vol. I – “Das origens à romanização”; vol. II: “Das invasões germânicas à ‘Reconquista’”; vol. III: “Portugal em definição de fronteiras”; vol. IV: “Portugal na crise dos séculos XIV e XV”; vol. V: “Do Renascimento à crise dinástica”; vol. VI: “Da Contra-Reforma à Restauração”; vol. VII: “Da Restauração ao ouro do Brasil”; vol. VIII: “A crise do ‘Antigo Regime’”; vol. IX: “A instauração do Liberalismo”; vol. X: “A Regeneração”; vol. XI: “Da Anarquia para a República”; vol. XII: “Portugal e o Estado Novo (1930-1968)”; vol. XIII: “Portugal na aurora dos novos tempos (1960-1975)”.

O procedimento metodológico, rigorosíssimo, consiste em designar um Coordenador Geral para cada volume, perito no assunto ali tratado, o qual se faz acompanhar de uma ampla equipe de colaboradores, garantia de que todos os desvãos da *Nova História* serão examinados com a minúcia do especialista. Dos cinco volumes, encontráveis em nossas melhores livrarias, são os seguintes os coordenadores: vol. I: Jorge de Alarcão; volumes II e IV: são do próprio Oliveira Marques; vol. III: Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem; vol. V: João José Alves Dias. Em todos eles, a mesma excelência de conteúdo, inegavelmente apoiada no revolucionário modelo historiográfico francês, conforme atesta Jorge de Alarcão no volume I: a obra coletiva “pretende focar os aspectos sociais, econômicos, administrativos e culturais, mais do que relatar os fatos da história política” (p. 345), objetivo que não permite desprezar qualquer testemunho considerado importante, independente de a fonte consultada ser ou não oficial.

Pode-se dizer que essa meta vem sendo instigantemente cumprida nos volumes até agora concluídos. Apesar de alguma modéstia dos autores que trataram da Pré-História em Portugal, segundo se justificam na Introdução ao volume I: “... as condições em que, ao longo de décadas, se praticou a Arqueologia pré-histórica no nosso país – na verdade, ao nível do puro amadorismo individual –, e onde só durante os anos 80 se começaram a notar tímidos sinais de mudança, impedem, efetivamente, o esbo-

çar mesmo de um quadro de conjunto minimamente verossímil”. E logo adiante: “Nestes termos, as páginas que irão seguir-se não poderão deixar de ser, essencialmente, um balanço de questões, sem qualquer preocupação de exaustividade, e extremamente dependentes da perspectiva pessoal de quem as escreveu”. Apesar dessas ressalvas, o leitor tem um panorama bastante consistente da Era Quaternária em Portugal, com “os mais antigos testemunhos do Homem”, bem como do Paleolítico e das Idades do Bronze e do Ferro, quadro este traçado com respeito “à variabilidade regional do país, geradora de assimetrias de desenvolvimento e da coexistência, nas mesmas épocas, de comunidades muito diversificadas culturalmente” (p. 253). Graças, ainda, ao auxílio das Ciências Sociais, Ambientais, da Lingüística, da Arqueologia e da Antropologia, vão-se configurando de maneira clara as diferenças entre o Norte, o Sul e o Centro do país, cada região com seu sistema agro-pastoril próprio e sua específica hierarquização da sociedade.

Assim, quando se fecha este longo painel da Pré-História (nos primeiros séculos do I milênio antes de nossa era) e começa o tempo do chamado “domínio romano”, com vestígios civilizacionais bem mais numerosos e palpáveis, o futuro Portugal surge na complexidade da paisagem geográfica hispânica, submisso ao reordenamento territorial e às divisões político-administrativas de Augusto. No estudo da distribuição demográfica, vê-se a grande mobilidade dos grupos sociais no que concerne à organização das classes e a preocupação dos romanos de, no traçado das fronteiras espaciais, preservar a divisão natural em unidades étnico-culturais. Considerando-se que com igual habilidade o conquistador respeitou os cultos indígenas, fazendo-os conviver com as crenças romanas – talvez porque ambos pertencessem ao mesmo fundo mitológico indo-europeu –, o “país” foi-se constituindo no mapa da Hispânia sem perder as linhas básicas de sua configuração ancestral. *Grosso modo*, ele aparece dividido em duas áreas culturais: “Os centros urbanos mais ‘civilizados’, os monumentos públicos mais clássicos, as *domus* e as *villae* mais ricas, as esculturas e os mosaicos concentram-se no

Alentejo, no Algarve e na fachada atlântica entre o Tejo e o Vouga. A norte do Tejo, com exceção da orla litoral, as cidades foram mais modestas e as *villae*, mais pobres (...). Não poderemos falar de duas áreas *opostas* pela cultura, como pela geografia; mas poderemos certamente conceber o interior e o norte como zonas mais atrasadas relativamente ao sul e ao litoral e justificar o atraso por razões estruturais que têm as suas raízes no período pré-romano” (p. 489). Como esta conclusão, que fecha o volume I, decorre da análise de aspectos múltiplos e de nuances várias que compuseram a história portuguesa no período focado, a obra supera de muito aquela restrição de instrumentos de pesquisa com que puderam contar seus autores.

Na seqüência desse cuidado para avaliar as diferenças regionais e culturais peninsulares, preventivo de perigosas e infundadas generalizações, o volume II abre-se com uma advertência das mais importantes, no fecho da Introdução: “... ocorre perguntar se, nos vários reinos e feudos que existiram no futuro território de Portugal, é lícito encontrar a prefiguração de um Estado português, essa existência tantas vezes afirmada das “raízes” de Portugal. Ora, a conjugação dos dados, das estruturas e das conjunturas em nada parece confirmar tal prefiguração. Reinos e feudos nasceram e morreram ao longo dos séculos sem deixar vínculo permanente que os relacionasse ou distinguísse de tantos outros surgidos em toda a Península Ibérica. Quando muito, algumas peculiaridades da língua poderiam ser comuns a todo o Ocidente peninsular, mas sem relação direta e inofismável com o futuro território do Estado”. E, em seguida, a conclusão do raciocínio, ao qual todo o volume oferece farta comprovação: “Aliás, a própria configuração de Portugal contrariou as fronteiras lógicas que poderiam delimitar os dois Estados possíveis e plenos de continuidade histórica: uma Galiza, com fronteira meridional no rio Douro, e uma Lusitânia, estendendo-se muito para Oriente do Guadiana. Se estes dois reinos tivessem existido até à atualidade ou, pelo menos, durante muitos séculos, corresponderiam, sem dúvida, a identidades tradicionais, aprofundadas pela política, pela administração, pela economia, pela cul-

tura e até pela etnia. O nascimento de Portugal, cortando ao meio qualquer dessas unidades e cerzindo duas peças que jamais haviam estado juntas, resultou claramente de vicissitudes políticas e militares posteriores à época de que nos ocupamos” – que vai do século VIII ao XI. Ao reconhecer a independência mantida por séculos pelo Sul islâmico e ao assinalar a amplitude das fronteiras orientais, em relação aos marcos de hoje, das províncias romanas da Galaecia e da Lusitania, põe-se por terra muito de antiquada historiografia portuguesa defensora da mítica ancestralidade da nação-idéia que vingou e deu seus mais ostensivos frutos durante a era da Expansão, para ser retomada com furores nacionalistas pelo romantismo de Oitocentos.

Argumentos ponderados e rigorosos testemunhos vão demonstrando que a fragmentação da Hispânia principiou obrigatoriamente com a fixação dos bárbaros na Península e a perda de poderes do Estado romano para administrar tão vasto território, controle que foi aos poucos se restringindo à província das Tarraconensis, a Nordeste do espaço espanhol. Os invasores fizeram a partilha das demais regiões entre si e, desde então, Vândalos, Suevos e Alanos tiveram seus hábitos, crenças e sistemas políticos compartilhados com as populações autóctones, em convívio altamente enriquecedor, ao contrário do que fariam pensar as lendas sobre os excessos barbáricos, em grande parte fomentados pelos cronistas eclesiásticos da época (as opiniões discutíveis não escaparam nem à *Historia Gothorum*, de Isidoro de Sevilha). As heresias que se instalaram na Hispânia com esses invasores compõem capítulo à parte, por se constituírem em centro de numerosas querelas – algumas de vastas proporções – entre cristãos e pagãos. Com altos e baixos, o período registra até uma “idade de ouro”, representada pelos governos visigóticos de Leovigildo e de Recaredo, na passagem do século VI ao VII.

No século VIII chegaram os árabes e, já entre os anos de 711 e 716, conquistaram a Península. Pode-se dizer que até o século XI, quando se efetivam com mais coesão os projetos da chamada “Reconquista” – não só

atividade política e militar contra o Islam, mas também tarefa repovoadora – haverá constantes avanços e recuos entre o Norte e o Sul do futuro Portugal, com cristãos se defendendo a partir dos montes cantábricos, enquanto os muçulmanos põem os olhos cada vez mais cobiçosos para além da fronteira do Douro, marco divisório já estabelecido pelos romanos. As alianças políticas, os acordos de mútua cooperação, os casamentos com concessões de terras etc., são fatores que colaboram nas mudanças contínuas do panorama geográfico peninsular. No século XI, os pequenos reinos denominados pelos árabes de *taifas*, entregues a potentados locais e muitos deles prolongando-se em verdadeiras dinastias, ainda denunciam a extraordinária variação fronteiriça na região que englobará o Portugal vindouro.

Ponto alto do volume II é o exame da questão religiosa entre os séculos VI e XI – a mostrar como judaísmo, cristianismo e islamismo não só se impregnaram entre si de influências diversificadas, mas ainda tiveram de medir forças com a tradição local. Os remanescentes culturais dessa heterogeneidade de crenças fazem-se sentir nas artes em geral, mormente na arquitetura, com o testemunho de mesquitas reconstruídas e reformadas em templos cristãos ou na literatura, onde o hibridismo lingüístico permaneceu nas *harja* – refrão em árabe coloquial ou romance, a arrematar os poemas líricos populares denominados *muwawassahat*, geralmente escritos em árabe clássico ou em hebreu. Temas como o amor, a morte, o casamento recebem muitas vezes tratamento intervalar, consoante a óptica cristã e/ou muçulmana que os considera. Cultura dual, em quase todos os sentidos.

E ela se estenderá pelos próximos séculos, como fica patente no denso volume III, que abrange o período de 1096, quando o condado de Portugal é cedido como feudo a D. Henrique, até 1325, com o término do reinado de D. Dinis. Num total, portanto, de seis governos, (Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III e D. Dinis), a obra cobre um trecho dos mais decisivos da História de Portugal – o da constituição e fortalecimento de sua nacionalidade. O título é bem apropriado: se em

épocas precedentes os bárbaros invasores e os muçulmanos deram o tom das batalhas, num confronto quase sempre a opor os extremos geográficos da faixa ocidental peninsular, agora se incluem as disputas acirradas com os reinos vizinhos de Leão e Castela, nunca conformados com a cessão a outrem de tão rico pedaço de terra.

Digamos que os quatro primeiros reinados cuidam de conquistar a autonomia política e de sedimentar as normas administrativas do reino, num verdadeiro trabalho “preparatório” da pujança cultural que, principiada sob Afonso III, atingirá o apogeu com D. Dinis. O destaque começa com a figura lendária de Afonso Henriques, aqui redimensionada nos exatos limites de sua atuação, evitando os excessos fantasistas e as deformações históricas daí decorrentes. Os documentos exaltam, rigorosamente, sua capacidade militar, sua bravura guerreira, conquistando o “Condado” pela força da espada. Seu braço se volta mesmo contra a mãe, D. Tereza, quando pressente que a ameaça espanhola ronda a “liberdade” ainda tão incipiente. Há que driblar também o clero e a nobreza, cujos “condes” portugalenses, que representaram papel decisivo no apoio dado a Afonso Henriques, agora “cobram” a recompensa, sob forma de poder, naquele tempo compreendido como outorga de privilégios e posse de terras. Além dos problemas externos, essas cisões internas teriam de esperar a poderosa mão legisladora de Afonso II, para começarem a ser contidas e organizadas. Couberam a este rei as primeiras medidas rumo à centralização régia – pioneiras na Europa – com formular um conjunto legislativo visando ao bom sucesso da administração pública. Essas “inquirições”, como ficou conhecida a nomeação, pelo monarca, de uma espécie de “comissão de inquérito” para garantia da ordem, são já de 1217. Considerando-se que só em 1140 Afonso Henriques passara a intitular-se *rex*, temos aí o espaço de quase oitenta anos entre a conquista, a afirmação e a efetivação do reino de Portugal.

D. Afonso III e D. Dinis puderam cuidar, então, dos incentivos culturais, principalmente o último, considerado arguto administrador. Ambos

fizeram cercar-se, em suas cortes, de eruditos e de trovadores; cuidaram do ensino monástico e das escolas urbanas; garantiram o intercâmbio com centros mais avançados; e cuidaram especialmente da língua: D. Dinis, criador da primeira universidade portuguesa (1290), na esteira dos esforços para implantar os Estudos Gerais como base do saber, foi quem tornou obrigatório o uso do Português em documentos oficiais – medida que só veio confirmar uma realidade lingüística presente em textos já a partir do século XI.

O volume IV, que trata da “crise” que sempre costuma se seguir aos períodos de bonança, tem uma peculiaridade editorial: pela data de sua primeira edição, 1987, bem anterior aos demais já aqui comentados, esta obra parece ter sido a inaugural da série, a que desencadeou as demais. É a única que tem Prefácio, além de Introdução, no qual se previne, embora os volumes anteriores já o fizessem, sobre “o tipo de história que se quis fazer e o afastamento que ela [a obra] marca em relação às suas congêneres”. E qual a novidade? A intenção de mostrar “o predomínio das estruturas sobre os aspectos meramente conjunturais: (...) análise de temas como a população, as técnicas, o comércio, os grupos sociais, o Estado ou a cultura”, sem descurar, é claro, embora em pouquíssimas páginas, “da história tradicional dos fatos cronologicamente propostos”. Para quem vem acompanhando a coleção desde o volume I, já se sabe que o modelo foi aperfeiçoado pelos próprios autores, tratando de imbricar nas “estruturas” as indispensáveis notações “conjunturais”. Assim procedendo, as complexas mutações do conjunto histórico são mais perceptíveis em suas variáveis espaço-temporais. Aqui, neste IV volume, os séculos XIV e XV são vistos antes como um bloco, paradoxalmente “homogêneo”, encimado pela “crise” e pela “peste negra”, terrível ameaça com vários surtos a partir da segunda metade do Trezentos. Nos volumes posteriores (quanto à data de publicação), acompanham-se as mudanças quase que por décadas, com vantagens para o resultado final.

Pela maneira como se organizam estas páginas, o leitor sente-se tentado a começar pelo fim, exatamente pelo exame da “conjuntura” política,

lato período de tempo que principia no final do reinado de D. Dinis (1325) e termina no reinado de D. Afonso V (1438-1481), quando nitidamente se encerra o medievo e a aventura dos Descobrimentos impulsiona Portugal para novo destino. Capítulo conciso mas denso, oferece retratos bem delineados de cada soberano, como por exemplo a excitante figura de D. Pedro I, o Cru, que, se deveu à lendária Inês de Castro grande parte de sua notoriedade, nem por isso deixou de se revelar um político hábil, “preocupado até à obsessão pelos seus deveres de justiça” (p. 505), além de deambulador incansável, talvez dos que melhor conheceram seu país. Também é muito pormenorizada a descrição do turbulento reinado de D. Fernando (1367-1383), considerado o momento agudo da “crise” que marca dois séculos, encarnada na esposa do rei, D. Leonor Teles de Meneses, que pôs em perigo a autonomia de todo um reino ao mancomunar-se com o conde galego, seu amante, D. Juán Fernández de Andeiro. Esta cena capital, mais as intrigas da nobreza insatisfeita com a política de centralização régia, abriram as portas à famosa revolução popular de 1383, que colocou no trono o Mestre de Avis, D. João I. Foi quanto bastou para recrudescer o que Oliveira Marques chamou de “estado endêmico” da guerra com Castela. Enfim, ao se chegar a D. Afonso V, já vai longe o processo de intervenção portuguesa na África (o ataque a Ceuta é de 1415), bem como os incentivos ao fortalecimento das casas nobres senhoriais, em regime ainda de matiz feudal. Lances dramáticos como o sacrifício do infante D. Fernando em Tânger (por imperícia de D. Henrique, o Navegador ?), a bulir com o “humor menencórico” do rei, seu irmão D. Duarte, são alguns dos episódios que marcam a nascente trajetória do expansionismo português.

A complexidade do panorama sócio-político-econômico dos séculos XIV / XV, que conviveram com a Guerra dos Cem Anos e com o Grande Cisma do Ocidente (1378-1429), deve ser entendida a partir da constatação de uma ambigüidade de raiz: neste período, em toda a Europa, o Estado feudal achava-se em plena decadência. “A liberdade de trabalho e de circulação, mesmo que reduzida e constantemente ameaçada, era um fato”.

No entanto, e por outro lado, “as instituições feudais, por muito ameaçadas e penetradas que estivessem, continuavam a resistir. O País feudal coexistia com o País moderno e é difícil dizer até que ponto predominava ou até que ponto se tornara minoritário. Mesmo quando se via obrigado a ceder perante as inovações, refugiava-se na ficção e no disfarce de conceitos. Estado feudal e Estado moderno iriam coexistir por muito tempo” (p. 280-281). Este bifrontismo, como se sabe, será uma das peculiaridades do Renascimento português, com forte impregnação em suas manifestações artísticas, mormente a literária. Desse ângulo, ficam também mais nítidas as várias facetas da “crise”, centrada na questão econômica: ainda a pobreza da produção industrial, obrigando à importação; a contração do comércio, depois da abertura ocorrida nos séculos XII e XIII; as oscilações da moeda, com sucessivas desvalorizações; as mudanças no princípio geral de *mercado*, pondo por terra o velho sistema de *trocas*; o despovoamento, com grandes áreas desertas, em muito decorrente da mortandade trazida pela *peste negra* etc. A par dessas dificuldades, a centralização monárquica vai-se tornando realidade, com o poder do Rei emanando diretamente de Deus, respaldado por grande número de leis cuidadosamente organizadas. “O rei de meados de Trezentos era já rei absoluto, legislador, juiz e administrador, representante consciente do interesse geral do reino” (p. 287) – “interesse” que tinha alguma “voz” concreta, pois o Povo, o terceiro Estado, era ouvido nas Cortes e membros da Burguesia, também tinham acesso ao “estudo geral” que precedeu a Universidade. Ingressava-se a passos largos na modernidade, com um pé já bastante solidamente plantado no mar.

Um alentado volume de quase mil páginas, escritas ao longo de mais de cinco anos de trabalho e coordenado pelo Prof. João José Alves Dias, atual Diretor do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, auxiliado por uma equipe de quatorze colaboradores, entre os quais o próprio Oliveira Marques, põe termo ao extenso percurso que, principiado na Pré-História, vai encerrar-se com D. Sebastião, no final do século

XVI: “1580 foi mesmo um *terminus*, uma viragem na história de Portugal”, como se diz na Introdução. A mesma sobriedade de intenções e o mesmo rigor metodológico, já notados nos textos anteriores, marcam este volume V, a exigir cuidados em dobro para evitar o costumeiro ufanismo que cerca as referências ao “século de ouro” português, à aventura ultramarina. Com sabedoria e agudo senso de limites, o coordenador começa por prevenir: “É objeto do presente volume o estudo de Portugal entre o último quartel do século XV e igual período do século XVI. Convém aqui lembrar que o projeto da *Nova História de Portugal* se complementa com esse outro projeto, devido aos mesmos diretores, da *Nova História da Expansão Portuguesa*. Assim, Descobrimientos e Expansão são apenas aflorados na medida em que condicionaram as mudanças registadas na história de Portugal-Europa. Contudo, as suas linhas gerais encontram-se presentes, como não podia deixar de ser, embora no volume se dedique maior atenção ao espaço metropolitano. Espaço esse que assume força estratégica pela sua posição geográfica. É por ele que passa a ligação do mar do Norte aos mares do Sul e do Atlântico ao Mediterrâneo. É o fim e o começo dessa velha Europa, *onde a terra acaba e o mar começa...*”. Ou seja: o leitor tem a chance de conhecer, com exaustiva minúcia (bem pouco usual para o período focado), as “estruturas” e a “conjuntura” do Portugal quinhentista, enquanto os portugueses largavam pelos oceanos afora. Como vimos apontando, mantém-se a coerência de propósitos, unificando a diversidade dos estilos e de autores da coleção.

Período melhor conhecido dos brasileiros, por dizer respeito ao momento de alargamento geográfico que levou ao descobrimento do Brasil, também aqui a tentação é grande de se começar pelo desfecho da obra, pela paisagem conjuntural, quando menos pelo fato de ela abarcar a figura de reis polémicos, celebrizados em *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Estudando-se, mesmo que rapidamente, a personalidade desses monarcas, salta aos olhos a ambigüidade do Quinhentismo português, fazendo coexistir atos de extrema “abertura” com outros de inexplicável “fechamento” num

mesmo reinado, como o de D. João III. Se D. João II (1481-1495) não hesitou em impor pela força sua autoridade, fazendo curvar a nobreza por atos de arrojo como a decapitação do poderoso duque de Bragança, em 1483, e o apunhalamento, pela própria mão real, de D. Diogo, duque de Viseu e irmão da rainha D. Leonor, por outro lado, a perda do único filho, o príncipe herdeiro D. Afonso, de uma queda de cavalo, “provocou um desgosto irreparável em D. João II. O monarca tornou-se algo melancólico, entregando-se a uma vida de religiosidade e descurando mesmo as funções governativas. O dilema da sucessão dilacerou-lhe os últimos anos” (p. 710). Se foi graças a esse acidente que D. Manuel I subiu ao trono e passou à história como o Venturoso (1495-1521), sendo apenas sobrinho de Afonso V e, dizem as más línguas, não muito dotado para o cargo régio, nem por isso soube aproveitar menos a maré de sorte que o bafejou, tratando de recuperar o prestígio da nobreza e de incentivar os projetos imperiais para o Oriente, como o comércio da pimenta, cujo monopólio levou a que Francisco I, rei da França, atribuisse a D. Manuel, com certa ironia, o epíteto de “rei da pimenta”. Se D. João III (1521-1557) foi um rei humanista, que em 1537 fundou o célebre Colégio das Artes, responsável pelo alinhamento da cultura portuguesa às principais novidades do saber disseminadas pelas cortes européias, foi ele próprio que, a partir da década de 50/60, mudou o curso dos ventos, implantando a Inquisição em Portugal e colocando a educação pedagógica em mãos da Companhia de Jesus, em apoio integral ao contra-reformismo. Quando, finalmente, D. Sebastião sobe ao poder como o mítico Desejado (1557-1578), com apenas quatorze anos de idade, produto de uma educação realizada por tutores “velhos” e com objetivos específicos, com saúde frágil e sofrendo de uretrite, franqueia a nação para que seu tio Felipe II realize o velho e acalentado projeto da união ibérica, depois da tresloucada aventura no Marrocos, que levou à mais célebre derrota da realeza, desde Afonso Henriques, a de Alcácer Quibir (1578). A partir de então, a História portuguesa teria outros rumos.

Não é difícil perceber, nas entrelinhas desse quadro, o século XVI como o palco de uma luta incansável pelo poder, fazendo digladiar, às vezes em igualdade de forças, a Coroa, a Nobreza e o Clero, obrigando a múltiplos acordos das partes, com medidas que incluíam distribuição de terras, casamentos vantajosos, confisco de bens etc., quase sempre aumentando a já gorda fatia dos bens reguengos. Não há que esquecer, ainda, a implantação da imprensa em Portugal no terceiro quartel do século XV, ampliando as possibilidades de ação dos agentes culturais e o acesso de maior número de pessoas às bibliotecas e às escolas. Afinal, o país estava de certa forma rico, em sua posição de intermediário comercial entre Ocidente e Oriente. O crescimento das cidades é um fato e só agora elas começam a extrapolar dos velhos muros medievais.

Ao término desse rápido rastreamento dos cinco volumosos exemplares da *Nova História de Portugal*, o leitor terá percebido o esforço dos autores para colocar em prática, muito saudavelmente, o conceito moderno de uma “história total”, aquela que não se descuida também das dimensões do *imaginário* humano. Ou seja, os acontecimentos interessam não por seu caráter extraordinário ou por sua unicidade; pelo contrário, são entendidos como elementos de uma série, que se repete com certa periodicidade. Daí a permanência de *constantes*, verificáveis da Pré-História ao século XVI, a par da contínua mobilidade dos momentos e das circunstâncias. O equilíbrio com que são retratados esses dois pólos da temporalidade histórica será talvez o melhor *referendum* da *Nova História de Portugal*.